
	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	
CONTRATO		

CONTRATO N.º 122/2020/FSCMP
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 093/2019/FSCMP
E-PROTOCOLO Nº 2019/493831

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA - HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM, A FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ E A EMPRESA EMPRESA DCRUZ COMERCIAL HOSPITALAR LTDA, NA FORMA A SEGUIR ESTABELECIDA:

A FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ - FSCMP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.929.345/0001-85, sediada na Rua Oliveira Belo, n.º 395, Bairro Umarizal, Belém-Pará, CEP 66050-380, representada por seu Presidente, **Dr. BRUNO MENDES CARMONA**, brasileiro, casado, Médico, portador do CRM n.º 007718/PA, inscrito no CPF/MF sob o n.º 671.646.922-20, residente e domiciliado nesta cidade de Belém/Pará, na Av. Gentil Bitencourt, 46, Ed. Palais La Rochelle, Bairro Batista Campos, CEP: 66.015-140, designada simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa, **DCRUZ COMERCIAL HOSPITALAR LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.794.158/0003-69, estabelecida na estabelecida na Rua Leopoldina de Camargo, 82, Sala 06, Centro, Itapevi/SP, CEP: 06.653-040, Telefone: (11) 2385-6884 / 5666-0483, neste ato por seu representante legal, **Sr. GILMAR ALVES DA CRUZ**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 031.717.168-28, Portador da Cédula de Identidade nº 12.764.525-1, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, tem, entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento e em conformidade ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL



1.1- O presente Contrato vincula-se às regras dispostas no Edital do Pregão Eletrônico SRP n.º 093/2019/FSCMP e aos termos da proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA

2.1- A minuta deste Contrato foi aprovada pela Procuradoria Fundacional da CONTRATANTE, conforme Parecer n.º 306/2019/AJUR, nos termos do Parágrafo Único do art. 38, da Lei nº 8.666/1993.



CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1- O presente Contrato tem como objeto a **Aquisição de Material de Higiene e Limpeza - Higienização das Mãos**, de acordo com o Memo. nº 76/2019-GLOG-FSCMP, Termo de Referência, Proposta da CONTRATADA e conforme especificações abaixo:

	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	
CONTRATO		

ANEXO I – LOTE I

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	APRES.	MARCA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (RS)
01	<p>PREPARAÇÃO ALCOOLICA PARA HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS, INSTANTÂNEA, SOB A FORMA DE GEL COM FUNÇÃO BACTERICIDA E ANTISSÉPTICA CONTENDO FORMULAÇÃO NÃO-TÓXICA, À BASE DE ALCOOL ETÍLICO A 70% COM ATIVIDADE ANTIMICROBIANA PARA AGENTES DE IMPORTÂNCIA NO CONTROLE DE INFECÇÕES, E AGENTES COMPLEMENTARES QUE PROPORCIONEM HIDRATAÇÃO DA PELE.FORMA DE APRESENTAÇÃO EM REFIL DESCARTÁVEL COM VOLUME DE 1.000ML A 1.200ML QUE PROPORCIONE 2.000- 3.000 ACIONAMENTOS PARA ANTISSEPSSIA DAS MÃOS E PUNHOS A SECO, PARA UTILIZAÇÃO EM ÁREAS CRÍTICAS E SEMI-CRÍTICAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, PROPORCIONANDO SECAGEM RÁPIDA SEM AUXÍLIO DE PAPEL OU PANO. O SISTEMA DEVERÁ CONTAR COM VÁLVULA DOSADORA ANTIRRETORNO, ANTI-VAZAMENTO E ANTI-ENTUPIMENTO, QUE CARACTERIZE O SISTEMA COMO FECHADO, OU SEJA, COM SISTEMA DE DISPENSAÇÃO QUE APÓS SEU ACIONAMENTO E SAÍDA DO CONTEÚDO, O FRASCO REFIL DO PRODUTO DEVE FECHAR-SE TOTALEMENTE PARA GARANTIR CONCENTRAÇÃO ALCÓOLICA DO PRODUTO ATÉ O SEU TÉRMINO COM A VEDAÇÃO DO SISTEMA E EVITAR POSTERIOR GOTEJAMENTO DO PRODUTO NO CHÃO. DEVERÁ POSSUIR REGISTRO NA ANVISA E CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS COM COMPROVAÇÃO DE EFICÁCIA ANTISSÉPTICA PARA VÍRUS, FUNGOS E BACTÉRIAS, COM APRESENTAÇÃO DE ESTUDOS DE COMPROVAÇÃO DA EFICÁCIA MICROBIOLÓGICA. DEVERÃO SER INCLUÍDOS O FORNECIMENTO, A INSTALAÇÃO E A MANUTENÇÃO DE DISPENSADORES DE ACIONAMENTO MANUAL SOB A FORMA DE COMODATO E GARANTIR A CORRETA DISPENSAÇÃO DO PRODUTO NO QUANTITATIVO DE PONTOS PREVISTO NO TERMO DE REFERÊNCIA. OS DISPENSADORES DEVEM SER COMPATÍVEIS COM O PRODUTO OFERTADO E SEREM DE MATERIAL RESISTENTE, PASSÍVEL DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO COM SANEANTES E POSSUIR VISOR PARA QUE SEJA COLOCADA IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E DADOS DE ABASTECIMENTO. A VÁLVULA DE ACIONAMENTO DO DISPENSADOR DEVE COBRIR O BICO DE</p>	FRC	ALCOMAX GEL	3.168	74,77	236.871,36

	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	
CONTRATO		



	DISPENSAÇÃO DO REFIL PARA QUE NÃO OCORRA O CONTATO DAS MÃOS COM O BICO DO REFIL.					
02	SABONETE ANTISSÉPTICO SOB A FORMA CREMOSA, ACONDICIONADO EM REFIL DESCARTÁVEL COM VOLUME ENTRE 1.200 ML, PARA HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS E PUNHOS, PARA UTILIZAÇÃO EM ÁREAS CRÍTICAS E SEMI-CRÍTICAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, A BASE DE TRICLOSAN COM FORMULAÇÃO MÍNIMA DE 0,3% E MÁXIMA DE 0,5%, COM ATIVIDADE ANTIMICROBIANA PARA OS AGENTES DE IMPORTÂNCIA NO CONTROLE DE INFECÇÕES, CONTENDO SUBSTÂNCIA HIDRATANTE E/OU EMOLIENTE PARA EVITAR O RESSECAMENTO DA PELE. DEVERÃO SER INCLUÍDOS O FORNECIMENTO, A INSTALAÇÃO E A MANUTENÇÃO DE DISPENSADORES DE ACIONAMENTO MANUAL SOB A FORMA DE COMODATO E GARANTIR A CORRETA DISPENSAÇÃO DO PRODUTO NO QUANTITATIVO DE PONTOS PREVISTO NO TERMO DE REFERÊNCIA. OS DISPENSADORES DEVEM SER COMPATÍVEIS COM O PRODUTO OFERTADO E SEREM DE MATERIAL RESISTENTE, PASSÍVEL DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO COM SANEANTES E POSSUIR VISOR PARA QUE SEJA COLOCADA IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E DADOS DE ABASTECIMENTO. A VÁLVULA DE ACIONAMENTO DO DISPENSADOR DEVE COBRIR O BICO DE DISPENSAÇÃO DO REFIL PARA QUE NÃO OCORRA O CONTATO DAS MÃOS COM O BICO DO REFIL.	FRC	HIGIMAX	11.904	71,59	852.207,36
TOTAL GERAL						1.089.078,72

3.2- ESPECIFICAÇÃO:

3.2.1- Conforme Anexo I deste Termo. Deverão ser licitados em Lote: **ANEXO I – LOTE I (itens 01 e 02)**, se justificando os itens serem em lote devido a Instalação e a manutenção de dispensadores de acionamento manual sob a forma de **comodato no quantitativo de 1.200 pontos** dispostos no hospital.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO

4.1- A CONTRATADA obriga-se a vender e entregar os produtos objeto deste Contrato em parcelas solicitadas através de Nota de Empenho, no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis após a emissão e recebimento da mesma, obedecendo-se o prazo de entrega previsto em edital, no endereço da CONTRATANTE sito à Rua Oliveira Belo, n.º 395, Bairro Umarizal, Belém-PA, CEP: 66050-380, no Almojarifado Central da CONTRATANTE, no horário de 08:00h às 15:00h, de segunda à sexta-feira.

	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	
CONTRATO		

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E DA VIGÊNCIA

5.1- O valor do presente Contrato é de **R\$ 1.089.078,72 (Um Milhão, Oitenta e Nove Mil, Setenta e Oito Reais e Setenta e Dois Centavos)**, de acordo com a Proposta de Preços da **CONTRATADA**, tendo vigência por **12 (doze) meses**, a contar da data de assinatura.

5.2- Estão incluídos no preço referente a venda dos produtos todos os custos e despesas com mão-de-obra, frete, material, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, bem como, taxas, impostos, seguros, tributos, transportes e demais despesas necessárias a satisfatória venda dos mesmos.

5.3- Em caso de prorrogação de prazo, o valor do Contrato poderá sofrer reajuste, sendo aplicado o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), conforme disposto no art. 40, XI, e art. 55, III, ambos da Lei 8.666/93, com análise prévia dos setores contábil, orçamentário e jurídico da CONTRATANTE.



CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1- O pagamento será efetuado através de transferência bancária a ser efetivada para a conta corrente da CONTRATADA, a ser informada na oportunidade da entrega do produto, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a aceitação definitiva dos produtos por parte da CONTRATANTE, da entrada da Nota Fiscal da CONTRATADA na Gerência Financeira da CONTRATANTE. Caso haja erros na quantidade ou na qualidade do produto entregue pela CONTRATADA, a CONTRATANTE reserva-se o direito de não realizar o pagamento dos produtos até a regularização das pendências da entrega, caso em que a CONTRATADA não terá direito a atualizações monetárias em seu pagamento.

6.2- Caso a conta bancária da CONTRATADA informada não seja pertencente ao BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A – BANPARA será descontado do valor a ser pago a esta, o custo da transferência bancária da importância a que a mesma faz direito, a ser creditada em sua conta corrente pertencente a outra instituição financeira.

6.3- Caso haja alguma irregularidade detectada pela CONTRATANTE na quantidade ou especificação dos produtos entregues pela CONTRATADA aquela reterá o pagamento até que sejam solucionadas as pendências apontadas hipótese em que a CONTRATADA não terá direito a juros ou correções monetárias no valor a que tem direito a receber.

6.4- Na oportunidade do pagamento a CONTRATADA deverá comprovar a manutenção dos requisitos de habilitação da licitação, conforme estabelece o artigo 55, inciso XIII, da Lei Federal n.º 8.666/93, devendo comprovar a sua atual regularidade com das fazendas públicas federal, estadual e municipal, com o INSS e com o FGTS. Caso haja alguma irregularidade seja detectada pela CONTRATANTE, esta reterá o pagamento até que sejam solucionadas as pendências verificadas, hipótese em que a CONTRATADA não terá direito a juros ou correções monetárias no valor a que tem direito a receber.

	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	
CONTRATO		

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1- Os recursos para atender ao cumprimento do presente instrumento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Funcional Programática: 10.302.1507.8288 e 10.302.1507.7684;

Fontes de Recursos: 0103, 0103008408, 0101008557, 0269, 0269003264, 0269006841, 0269006842, 0269006962, 0269008053, 0269008054, 0269008067, 0269008100, 0269008101, 0269008102, 0149001885, 0149006653 e seus respectivos supervits;

Elemento de Despesa: 339030;

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1- Fornecer os produtos atendendo plena e satisfatoriamente o especificado neste Contrato, entregando o objeto nas quantidades e prazos estabelecidos;

8.2- Assumir os ônus e responsabilidade pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto entregue;

8.3- A entrega do objeto deve ser com nota fiscal eletrônica de acordo com o especificado na nota de empenho, juntando a esta as Certidões de Regularidade Fiscal (FGTS, Previdenciária, Dívida Ativa da União e Receita Estadual);

8.4- A entrega do objeto em desacordo com o solicitado neste Contrato e aprovado pelo parecer técnico, deverá ser trocado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação do erro;

8.5- Fornecer produtos novos, de primeiro uso e que estejam na linha de produção atual do fabricante, e em perfeitas condições de uso, conforme as propostas apresentadas e especificações;

8.6- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas no presente instrumento;



8.7- Aceitar na mesma condição contratual, o acréscimo ou supressão que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicialmente licitado, nos termos do § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8666/93;

8.8- Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE durante a vigência deste contrato;

8.9- A empresa vencedora deverá garantir o fornecimento, a instalação e a manutenção de dispensadores de acionamento manual sob a forma de comodato no quantitativo de 1.200 pontos dispostos no hospital. Os dispensadores ofertados devem ser compatíveis com o produto e serem de material resistente, passível de limpeza e desinfecção com saneantes e possuir visor para que seja colocada identificação do produto e dados de abastecimento. A válvula de acionamento do dispensador deve cobrir o bico de dispensação do refil para que não ocorra o contato das mãos com o bico do refil;

8.10- Deverá executar manutenção dos pontos que eventualmente apresentem falhas de dispensação do produto em até 24h a partir da comunicação por qualquer meio;

8.11- Deverá fornecer treinamento para utilização do dispensador e produto para garantir a máxima aderência das equipes. Essa ação deve ser devidamente registrada nos termos desta instituição.

	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	
CONTRATO		

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1- Rejeitar os produtos cujas especificações não atendam, em quaisquer dos itens, às especificações constantes neste Contrato;
- 9.2- Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades na entrega dos materiais, para que sejam adotadas as medidas corretivas no prazo de cinco dias úteis;
- 9.3- Proceder o atesto das notas fiscais através da Gerência do Almoxarifado Central e encaminhar para pagamento;
- 9.4- Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Nota(s) Fiscal(ais)/Fatura(s) da CONTRATADA, após a efetiva entrega do material.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1- Conforme previsto no caput do artigo 7º da Lei Federal n.º 10.520/2002, combinado com o disposto no caput do artigo 11 da Lei Estadual n.º 6.474/2002, e artigo 29 do Decreto Estadual n.º 2.069/2006, quem convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a ata de registro de preços, o instrumento de contrato administrativo decorrente, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do compromisso assumido no presente certame, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF do Governo Federal, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a CONTRATANTE, sem prejuízo das multas previstas na cláusula seguinte e demais cominações legais.



10.2- O atraso injustificado na execução do fornecimento ou a inexecução total ou parcial do mesmo sujeitará a CONTRATADA à aplicação das seguintes multas, que poderão ser descontadas das garantias eventualmente apresentadas, dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, ou judicialmente conforme previsto nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo da reparação de eventuais danos causados:

10.2.1- de 0,033% sobre o valor do empenho por dia de atraso até o 30º (trigésimo) dia ou entrega do objeto em desacordo com as condições estabelecidas;

10.2.2- a partir do 30º (trigésimo) dia de atraso, imposição de 5% (cinco por cento) de multa, além da penalidade regulada no item supramencionado;

10.2.3- de 10% (dez por cento) sobre o valor do empenho, no caso de inexecução total ou 10% (dez por cento) sobre o valor da parte não executada, no caso de inexecução parcial.

10.3- Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo

	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	
CONTRATO		



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INEXECUÇÃO

11.1- A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a rescisão, em conformidade ao disposto nos Artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93 e aplicações de sanções administrativas previstas em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1- Constituem motivo para rescisão do Contrato:

- I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III - a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- IV - o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
- VI - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- VII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas pelo servidor da CONTRATANTE responsável pelo acompanhamento da execução do Contrato;
- VIII - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IX - a dissolução da sociedade ou o falecimento da CONTRATADA;
- X - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do Contrato;
- XI - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Presidente da CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- XII - a supressão, por parte da CONTRATANTE, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 desta Lei;
- XIII - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado a CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- XIV - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- XV - a não liberação, por parte da CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	
CONTRATO		

XVI - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

XVII - descumprimento da proibição Constitucional de manter menor de dezoito anos idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e a de dar qualquer trabalho a menores de menores de dezesseis anos trabalho, exceto na condição de aprendiz a partir de quatorze anos de idade, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

12.2- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.3- A rescisão do Contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVIII desta cláusula;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

III - judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM ESTE CONTRATO

13.1- Os documentos a seguir relacionados ficam fazendo parte integrante e constitutiva do presente instrumento independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos jurídicos:

I - Edital do Pregão Eletrônico SRP n.º 093/2019/FSCMP.

II – Termo de Referência

III - Proposta da CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1- A execução do presente Contrato, bem como os casos omissos regular-se-ão pelas Cláusulas Contratuais e pelos preceitos de Direito Público, aplicando, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, na forma do Artigo 54, da Lei Federal n.º. 8.666/93 e alterações posteriores, combinado com inciso XII, do Artigo 55, do mesmo diploma legal.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1- A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, ou ainda acidente que possa vitimar seu empregado quando em serviço, de acordo com o artigo 70 da Lei n.º 8.666/93, responsabilizando-se igualmente pelos encargos relacionados no artigo 71 da mesma Lei.

15.2- O presente instrumento obriga as partes contratantes e aos seus sucessores, que na falta delas responsabilizar-se-ão pelo seu integral cumprimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

16.1- A fiscalização do Contrato fica sob responsabilidade da servidora **Ana Cláudia lima de Souza**, Enfermeira, Matrícula: Coren 39496, lotada na Gerência de Processamento de Materiais e

	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	
CONTRATO		

Esterilização. Os contatos serão realizados através do telefone (91)4009-2232 e do e-mail: cpme@santacasa.pa.gov.br.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

17.1- O presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Estado, sob a forma de extrato, como condição para sua eficácia, no prazo de 10 (dez) dias, conforme determina o artigo 28, §5º da Constituição do Estado do Pará.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1- Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária da cidade de Belém/PA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18.2- E, para maior firmeza do que ajustaram e contrataram, assinam as partes o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito jurídico.

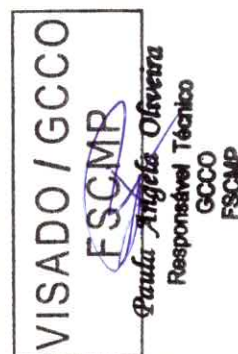
Belém-PA, 28 de maio de 2020.



BRUNO MENDES CARMONA
PRESIDENTE
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ
CONTRATANTE

Gilmar Alves
da Cruz

Assinado de forma
 digital por Gilmar Alves
 da Cruz
 Dados: 2020.05.28
 10:58:06 -03'00'



GILMAR ALVES DA CRUZ
REPRESENTANTE
DCRUZ COMERCIAL HOSPITALAR LTDA
CONTRATADA